

com a comunidade / territorialização; VII- Participação e Controle Social; VIII- Promoção da Saúde nas Redes de Atenção; IX- Financiamento; X- Comunicação e Mídia; XI-(Auto) Cuidado para a Promoção da Saúde. E os temas transversais discutidos na oficina foram: Alimentação saudável, saúde urbana, práticas corporais, saúde mental e cultura de paz, saúde bucal, saneamento, saúde do trabalhador, redução de danos, prática de cuidado, sexualidade, ciclos de vida, vulnerabilidades, meio ambiente, populações em situação de vulnerabilidade, gênero, atividade física, lazer, saúde rural, pessoas com necessidades especiais, desenvolvimento local e prevenção da violência e acidentes, sendo os três primeiros os mais votados e, portanto os que foram avaliados a partir da priorização dos eixos operativos. Esta atividade teve como propósito demonstrar a lógica e a coerência do processo proposto para revisão da PNPS durante as oficinas regionais, e como o marco de referência faz a integração e a validação de todos os passos metodológicos da oficina. Os temas selecionados e suas respectivas ações a serem planejadas e implementadas precisam seguir os eixos operativos, contemplar e respeitar os valores, fortalecer as diretrizes da PNPS e terem como compromisso a transformação da realidade, por meio da atuação nos fatores condicionantes e determinantes sociais de saúde. Ao final, foi realizada uma atividade intitulada Rede de Compromissos, em que foram distribuídos cartões postais da região sudeste, e cada participante redigiu uma mensagem com o objetivo de selar o seu compromisso com o Comitê Gestor da PNPS, a fim de levar adiante o sentimento e os resultados advindos da oficina, e futuramente, da nova PNPS. **CONCLUSÃO:** Os resultados da Oficina Regional Sudeste contribuíram para a composição da revisão da PNPS, na medida em que apresentaram particularidades advindas do mundo do

trabalho dos diversos atores envolvidos em seus respectivos espaços de prática e implementação de ações de Promoção da Saúde. Ao considerar e respeitar o perfil de seus participantes, a oficina regional possibilitou a discussão democrática que contribuiu para o processo de revisão da Política que foi construído por meio do exercício de uma escuta participativa que contempla os princípios e valores da Promoção da Saúde no processo de sua construção. Foi possível perceber que a intersetorialidade é uma questão fortemente compreendida, porém há muita dificuldade para a sua operacionalização, em termos técnicos, na falta de instrumentos, quanto para a questão política em disputa de poderes. Já a governabilidade do setor saúde foi em relação ao seu papel indutor na implementação da PNPS. A metodologia desenvolvida na oficina aponta para a possibilidade de replicar essa metodologia em diferentes dimensões, nos âmbitos estadual, municipal, distrital e local, como foi afirmado que a participação é um processo relacional que pode criar a identidade coletiva de um grupo, uma vez que promove a reflexividade da ação social. Os atores coletivos são criados no curso das atividades, bem como a identidade coletiva é construída e negociada pela ativação de relacionamentos sociais que conectam os membros de um grupo ou movimento. É proporcionando reflexões que se pode tornar viva a nova PNPS.

Eixo Rotas Críticas - resumo simples

Trabalhos de Pesquisa

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA, E O APOIO MATRICIAL NO ATENDIMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIAS NA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

Jony Alberto Correia

Palavras-chave: Modelos de Atenção em Saúde, Violências, Integralidade do cuidado em Saúde

Nas últimas décadas, novas tecnologias para o SUS passaram a ser incorporadas em todos os níveis da Atenção em Saúde. Estas “tecnologias” não são apenas os insumos tecnológicos científicos, os equipamentos da “tecnologia dura”, mas também as novas ferramentas voltada para a qualificação com vistas à integralidade do atendimento. Os desafios decorrentes destas novas ferramentas, no entanto, são justamente fomentar essas transformações das práticas, e conseqüentemente da práxis em saúde. Estas tecnologias leves precisam ser operacionalizáveis nos territórios, avançando aquém do campo das ideias para se tornarem permeáveis na ação profissional. Aumentar o escopo, o nível de resolutividade e a integralidade da Atenção não são processos automáticos! Logo, a engrenagem destas novas tecnologias leves parecem mais complexas que a dos insumos das tecnologias duras, pois dependem essencialmente do entrosamento de diferentes dispositivos, da qualificação teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política dos atores envolvidos, e,

de um processo de gestão do trabalho norteado para a integralidade do cuidado e corresponsabilização das demandas existentes nos territórios. Nesse sentido, o trabalho apresentado discorre por meio de abordagens críticas e propositivas, a interdisciplinaridade e a ampliação do escopo na Atenção Básica associada às ferramentas tecnológicas na gestão dos processos de trabalho do NASF – o Apoio Matricial, a Clínica Ampliada, o Projeto Terapêutico Singular e o Projeto de Saúde no Território. Seguidamente, por meio de relatos de ação, problematiza-se interlocuções e engendramentos do Assistente Social do NASF, junto às equipes de ESF. Assim, no trabalho de especialização apresentado relata-se como, por meio da ferramenta do apoio matricial junto às equipes de ESF o Assistente Social/NASF pode desencadear o fomento da dimensão técnico-pedagógica do apoio matricial, resultando na qualificação das equipes de ESF para os atendimentos, manejos e encaminhamentos das situações de violências tendo a Atenção Básica em Saúde como porta de entrada, alcançando efetivas transformações nas práticas em saúde por meio de processos de Educação Permanente. **Metodologia:** Adotou-se o método de análise dialético/dialógico e pesquisa bibliográfica no embasamento teórico deste trabalho. A definição da necessidade e elaboração do plano de ação, na intervenção do Serviço Social do NASF, teve como aporte teórico o conhecimento obtido durante o curso de especialização em Saúde da Família. **Resultados:** Identificou-se recorrentes acionamentos ao Serviço Social do NASF/Palhoça, por parte das equipes de ESF, para o atendimento direto, encaminhamentos e notificações das situações de violências. A alta prevalência destes acionamentos traduziam uma aparente compreensão diminuta das possibilidades do NASF, como também expressavam um relativo

desconhecimento sobre as diversas tipologias e expressões das violências. A partir dos processos de matriciamento desenvolvidos pelo Assistente Social/NASF, as equipes de Saúde da Família passaram a adotar práticas transversais de vigilância em saúde, culminando com o aumento de 103% das notificações de violência na Atenção Básica (em Palhoça) tornando-se possível compreender a dimensão epidemiológica dos agravos das violências nos territórios sanitários do município e qualificando os trabalhadores das equipes de ESF para os atendimentos e encaminhamentos dos agravos das violências acolhidos na Atenção Básica.

BARREIRAS NO ACESSO À SAÚDE PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: UM ESTUDO DE SÍNTESE

Andre Luis Melo dos Santos, Maria Inês Costa Dourado

Palavras-chave: transgênero, saúde, acesso, barreiras

Mundialmente, travestis e transexuais são consideradas sujeitos desviantes das normas pré-estabelecidas de sexo e gênero pelo poder biomédico e vivenciam diversas limitações no que tange a sua liberdade individual e os direitos sociais, como educação e saúde. Especificamente neste campo, é responsabilidade do Sistema Único de Saúde oportunizar, de forma universal e integral, assistência, prevenção e promoção em saúde a toda a população brasileira. Dessa forma, é fundamental questionar as barreiras que são impostas ao público trans no acesso aos serviços e ações em saúde, uma vez que as instituições desse setor reverberam estigmas e normas patologizantes, potencializando situações de vulnerabilidade. Desse modo, este trabalho objetiva investigar e analisar as produções científicas sobre barreiras no

acesso aos serviços de saúde por sujeitos travestis e transexuais. O trabalho está sendo desenvolvido através de revisão narrativa da literatura em bases de dados indexadas como PubMed, Scopus, Web of Science, BVS e Scielo. A partir dessa busca foram encontrados ao todo 32 trabalhos, dos quais 44% (n=14) foram excluídos por não preencherem os critérios de inclusão. Atualmente a pesquisa encontra-se na fase de análise da literatura revisada. Preliminarmente, foi possível identificar que as barreiras presentes nos processos de acesso à saúde pelas pessoas trans figuram entre a dificuldade em assumir sua identidade de gênero, barreiras estruturais, barreiras financeiras e uma série de variáveis na relação com profissionais de saúde. Assim, espera-se que o trabalho possa contribuir para a produção científica que problematize o acesso aos serviços de saúde no Brasil, em especial sobre as barreiras vivenciadas pelos sujeitos trans nesse processo. Ademais, a revisão da literatura sobre esse tema poderá propor estratégias de minimizar, no âmbito dos sistemas de saúde, as diversas limitações que impelem o acesso dos sujeitos LGBT, em especial o público trans, aos serviços e ações em saúde.

COMPREENSÃO DE GÊNERO POR PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR

Anderson Reis de Sousa, Adrielly Rocha Barbosa Gonçalves, Alvaro Pereira, Emanuela Márcia de Freitas Oliveira, Tilson Nunes Mota, Adilson Ribeiro dos Santos, Jules Ramon Brito Teixeira, João Sérgio Santos Caldeira

Palavras-chave: Gênero, Enfermagem, Saúde da Mulher

APRESENTAÇÃO: As questões de gênero são

consideradas elementos construídos social e historicamente, sendo constitutivos das relações sociais entre homens e mulheres. Assim, as políticas públicas para as mulheres têm abordado gênero como pressuposto fundamental na atenção ao público feminino. Este estudo tem como objetivo analisar como a equipe de enfermagem compreende a temática de gênero no cotidiano de uma unidade de emergência hospitalar. DESENVOLVIMENTO: Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com abordagem qualitativa, realizado no setor da emergência de um hospital público de uma metrópole do Estado da Bahia. Dos campos da emergência que compuseram o estudo estão: Sala Vermelha, Pronto Atendimento Cirúrgico, Sala de Triagem, Pronto Atendimento Feminino e Pronto Atendimento Masculino. Participaram da pesquisa nove trabalhadoras de saúde que compõem a equipe de Enfermagem e atuavam no setor da emergência do campo de estudo, dentre elas, quatro enfermeiras e cinco técnicas de Enfermagem. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, combinando perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre a temática de gênero. Com o intuito de assegurar os preceitos éticos, após análise e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Nobre de Feira de Santana, Bahia, sob o protocolo n. 42051315.1.0000.5654, solicitamos as participantes a leitura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e procedemos aos esclarecimentos pertinentes e, em seguida, o mesmo foi assinado em duas vias. RESULTADOS: Da análise de conteúdo temática categorial emergiram as seguintes categorias: Compreensão de gênero como uma construção social e Incompreensão a respeito da concepção de gênero. As participantes relatam e reforçam os papéis de ser homem e ser mulher na sociedade

atual, onde estão atreladas as construções históricas, culturais e patriarcais adjunto ao modelo sexista e biológico que são determinantes exclusivas nas concepções de gênero, no qual homem é homem por ter o órgão sexual masculino e mulher é mulher por ter o órgão sexual feminino, assim, cada um exerce seus papéis diante da sociedade. CONSIDERAÇÕES FINAIS: No entanto, percebe-se a urgência de discussões na academia e no setor saúde da temática de gênero com vista à construção de competências para o desenvolvimento de uma assistência de qualidade ao seguimento feminino e masculino.

CONFLITOS CONJUGAIS: ELEMENTOS PRECIPITADORES E ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO

Luana Moura Campos, Nadirleone Pereira Gomes, Raquel de Alcântara, Jordana Brock Carneiro, Fernanda Matheus Estrela, Gilvânia Patrícia do Nascimento Paixão, Nadjane Rebouças Gomes, Telmara Menezes Couto

Palavras-chave: Violência contra a Mulher, Educação, Profissionais da saúde, Enfermagem, Políticas públicas

INTRODUÇÃO: A violência contra mulher, principalmente a que ocorre no âmbito das relações conjugais, pode trazer diversas repercussões para sua saúde. A fim de evitar tais situações, faz-se necessário compreender os fatores que precipitam conflitos conjugais. OBJETIVO: Identificar elementos que precipitem os conflitos conjugais, bem como estratégias para a resolução dos mesmos. MÉTODOS: Trata-se de um estudo de pesquisa-ação, com abordagem qualitativa. Participaram do estudo 10 mulheres em processo por violência conjugal junto à 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Salvador, Bahia, Brasil. Elegeu-

se grupo focal como técnica de coleta de dados. O estudo vincula-se ao projeto “Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal” financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Com o intuito de atender aos aspectos éticos da pesquisa, respeitou-se a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA através do parecer Nº 039699/2014. RESULTADOS: O estudo revelou que a infidelidade e o ciúme são os principais elementos que precipitam os conflitos conjugais. Como forma de enfrentamento, as mulheres mencionaram o diálogo e o término do relacionamento conjugal. Desprezar o cônjuge foi também apontado como estratégia para lidar com situações conflitantes. CONCLUSÃO: O estudo sinaliza estratégias de enfrentamento da violência na conjugalidade, as quais podem direcionar ações públicas que visem à mediação de conflitos conjugais. Estas podem ser implementadas por profissionais da saúde, da educação, do social, dentre outros.

CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM SOBRE A NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Anderson Reis de Sousa, Adrielly Rocha Barbosa Gonçalves, Alvaro Pereira, Emanuela Márcia de Freitas Oliveira, Tilson Nunes Mota, Adilson Ribeiro dos Santos, Bianka Sousa Martins da Silva, João Santos Caldeira

Palavras-chave: Violência contra mulher, Notificação, Saúde da mulher

APRESENTAÇÃO: A violência doméstica e familiar contra a mulher é definida pela Lei Maria da Penha enquanto qualquer

ação baseada na desigualdade de gênero que cause à mulher danos físicos, sexuais, psicológicos, morais ou patrimoniais, podendo inclusive levá-la a morte. Este estudo tem como objetivo identificar o conhecimento dos profissionais de enfermagem que atuam em uma unidade de emergência hospitalar sobre a notificação compulsória da violência contra a mulher. DESENVOLVIMENTO: Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com abordagem qualitativa, realizado no setor da emergência de um hospital público de uma metrópole do Estado da Bahia. Dos campos da emergência que compuseram o estudo estão: Sala Vermelha, Pronto Atendimento Cirúrgico, Sala de Triagem, Pronto Atendimento Feminino e Pronto Atendimento Masculino. Participaram da pesquisa nove trabalhadoras de saúde que compõem a equipe de Enfermagem e atuavam no setor da emergência do campo de estudo, dentre elas, quatro enfermeiras e cinco técnicas de Enfermagem. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, combinando perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre a notificação da violência contra a mulher. RESULTADOS: Da análise de conteúdo temática categorial emergiram as seguintes categorias: importância da notificação; o não reconhecimento da violência doméstica como de notificação compulsória e o desconhecimento quanto ao fluxo da notificação. As entrevistadas compreendem a notificação da violência contra a mulher enquanto uma estratégia que possibilita o dimensionamento da problemática e a orientação de ações para seu enfrentamento. No entanto, as percepções equivocadas, desveladas nesse estudo, comprometem a realização da notificação do agravo e por consequência o favorecimento da subnotificação. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Nesse contexto, os achados sinalizam para a necessidade

de inserção da temática violência contra a mulher, durante a graduação e pós-graduação na área da saúde, a fim de melhor capacitar os profissionais para reconhecer o agravo e preencher adequadamente a ficha de notificação.

CULTURA DE PAZ EM SAÚDE MENTAL COMUNITÁRIA: CAMINHOS ALTERNATIVOS EM ROTAS CRÍTICAS DE VIOLÊNCIA

Pedro Marinho dos Santos Junior

Palavras-chave: Cultura de Paz, Saúde Mental, Violência

APRESENTAÇÃO: A pesquisa bibliográfica em questão estuda a cultura de paz nas ações de uma organização não governamental de saúde mental comunitária, como estratégia para lidar com a violência no território. Os agravos psicossociais da violência sobre a saúde mental da população é cada vez mais perceptível. METODOLOGIA: O estudo foi realizado com o objetivo de evidenciar a cultura de paz nas práticas do Movimento de Saúde Mental Comunitária, uma organização não governamental situada em Fortaleza, capital do Ceará. A instituição é campo de estudos e pesquisa para diversas Universidades de dentro e fora do Estado do Ceará, por causa de suas práticas inovadoras e inseridas em um bairro com índices elevados de violência. A instituição é um conjunto integrado de modalidades de atendimento em saúde mental e educação, composto por um CAPS geral, centros de qualificação para o trabalho, centros de arte educação e departamento para produção e execução de projetos no campo da saúde mental comunitária. Também é polo formador em Terapia Comunitária e desenvolveu a Tecnologia Social Abordagem Sistêmica Comunitária. Nas práticas desenvolvidas pela organização, o conceito de paz não

pode ser confundido com passividade. Ele é determinante para ações “[...] a disposição dos sujeitos, a compreensão dos problemas de violência e exige, por sua vez, um processo educacional que possa efetivar uma cultura de paz” (PAIM, 2011, p.1). Pensar a questão da paz na imersão diária dos conflitos mobiliza práticas sociais na valorização de sentimentos como “[...] respeito, dignidade, tolerância, para que, desse modo, se efetive a paz, a educação torne-se um meio indispensável na construção desta sociedade” (PAIM, 2011, p.5). Práticas presentes em uma roda de capoeira, em uma roda de terapia comunitária, na educação profissional por meio da formação humana e na arte educação. Em meio a um território onde a violência em suas diferentes matizes, acontece de forma diária. As ações do Movimento de Saúde Mental Comunitária em conjunto com outros movimentos sociais da região funcionam como práticas de resistência e oportunidades para a juventude da região experimentar outros modos de vida. Conforme Puig (1998), a abertura para o diálogo, sensibilidade e auto regulação são instrumentos que podem auxiliar no desenvolvimento pessoal. A inserção dos valores humanos, presentes nos trabalhos de Araújo, Puig e Arantes (2007), no ambiente educacional promove o pleno desenvolvimento do sujeito que pode pensar, decidir e refletir de forma crítica e solidária. Nos referenciais de Jares (2002), a educação para uma cultura de paz segue a cooperatividade no trabalho em grupo, como elemento didático no processo ensino aprendizagem. Para este autor, os benefícios de uma educação para a paz surgem quando do contato com metodologias problematizadoras no currículo que fazem surgir a percepção crítica da realidade para a intervenção e transformação. Exatamente por não ser ausência de conflito, a paz busca o desafio do processo de cooperação (MATOS 2007).

DESAFIOS DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA PESSOA IDOSA PELOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Carla Carvalho Gonçalves, Isabel Rossiter Cardoso

Palavras-chave: maus-tratos ao idoso, idoso fragilizado, envelhecimento da população

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre a violência contra idosos com a proposta de localizar discussões sobre o assunto que direcionem para enfrentamento das dificuldades dos profissionais de saúde na abordagem aos casos suspeitos e estratégias de ações de enfrentamento. Com a pretensão de responder aos objetivos, foi realizada busca de artigos no acervo do portal de pesquisa da BVS, utilizando os descritores maus-tratos ao idoso. Artigos foram selecionados, bem como publicações do governo brasileiro como leis, manuais do Ministério da Saúde, portarias, cartilhas orientadoras, relatórios relevantes citados pelos autores, que ampliaram a pesquisa, contribuindo para resposta aos objetivos propostos. Ainda foram consultados livros, dissertação de mestrado e publicações da OMS. Nas últimas décadas assistimos à mudança no perfil etário da população mundial e brasileira. O envelhecimento populacional vem ocorrendo em ritmo acelerado devido às transformações socioeconômicas, avanços tecnológicos e melhoria das condições sanitárias. A essa mudança de perfil etário é dado o nome de transição demográfica. A longevidade é uma conquista histórica e social da humanidade, mas trouxe em seu bojo a perversidade da violência contra a pessoa idosa. É uma população com vulnerabilidades que exigem cuidados específicos devido às limitações impostas pelo avançar da idade, ocasionando conflitos familiares, intergeracionais, tais

como maus tratos e violência contra a pessoa idosa. A violência contra a pessoa idosa é uma questão de grande magnitude, de grande complexidade e difícil abordagem por envolver relações de afetos, conflitos e defesa do agressor negando a violência sofrida. Nesse sentido, mesmo a violência contra pessoa idosa ser alvo de notificação compulsória, preconizado pelo estatuto do idoso, ela é subdiagnosticada e subnotificada. O enfrentamento à violência contra pessoa idosa é um dos grandes desafios desse século. Requer ações estruturais de mudança de visão de mundo e políticas públicas efetivas que oportunizem um envelhecimento ativo, enquanto direito personalíssimo do ser humano, criando laços de solidariedade e inquietude aos profissionais que trabalham com a pessoa idosa.

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL: ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Ionara da Rocha Virgens, Nadirleene Pereira Gomes, Luana Moura Campos, Jordana Brock Carneiro, Welton Souza Campos de Araújo, Telmara Menezes Couto, Milca Ramaiane da Silva Carvalho, Fernanda Matheus Estrela

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Estratégias de Enfrentamento, Saúde, Enfermagem

INTRODUÇÃO: A violência conjugal é considerada um problema de saúde pública por conta do impacto social e econômico para o Estado, uma vez que aumentam a demanda por serviços de saúde, jurídico, policial, social, além de provocar absenteísmo. **OBJETIVO:** Descrever o processo de enfrentamento da violência conjugal. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, com abordagem

qualitativa realizado em Salvador, Bahia, Brasil. As participantes foram mulheres que se encontram em processo judicial junto à 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador, Bahia. Para a coleta das informações foi utilizada entrevista semiestruturada. Os dados foram sistematizados com base na Análise de Conteúdo de Bardin e a análise respaldada em textos sobre a temática. A pesquisa respeitou as orientações éticas contidas na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovado através do parecer Nº 039699/2014 do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Resultados: As participantes do estudo referiram diferentes estratégias para enfrentar a violência, sendo elas: apoio de familiares/amigos; apoio de Instituições Sociais; e auxílio de Órgãos Públicos de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. A partir das entrevistas foi possível identificar que, apesar do Brasil desde 2006, contar com uma Lei específica, que visa coibir a violência contra a Mulher, através da criação de Varas/Juizados especializados e punir de forma mais rigorosa seus agressores, as participantes do estudo recorreram a estes serviços somente após esgotarem as tentativas para manterem-se no relacionamento conjugal sem violência. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O presente estudo permitiu descrever as diferentes estratégias utilizadas pelas mulheres para o enfrentamento da vivência de violência conjugal. Chama atenção que as mesmas dificilmente denunciam os primeiros episódios de violência, buscando a ajuda de instituições apenas quando outras tentativas de manutenção do relacionamento falham. Sinaliza-se ainda que a identificação desses meios de enfrentamento possa nortear ações para empoderamento da mulher em situação de violência conjugal e rompimento do ciclo.

ESTUDO SOBRE O ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO PEDRO (HUAP/UFF)

Sonia Maria Dantas Berger, Elizabeth Clarkson, Felipe Raphael de Oliveira Previdi, Luciana Moraes Rabelo

Palavras-chave: Violência, violência sexual, violência contra a mulher, Integralidade em Saúde, notificação compulsória

A Organização Mundial da Saúde reconhece a violência como um problema de saúde pública (Dahlberg&Krug, 2007). Porém, no cenário brasileiro, a integração da atenção a tal problemática ainda é insatisfatória na formação e na atenção em saúde. A pesquisa busca produzir conhecimentos que colaborem para a melhoria da atenção a pessoas em situação de violência, partindo de um diagnóstico situacional do Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP-UFF), contando com a participação de professores da Saúde Coletiva, acadêmicos de Medicina, alunos de iniciação científica e estudantes de Psicologia e Serviço Social de programa de desenvolvimento acadêmico, todos integrantes de projetos inseridos na linha de pesquisa 'Atenção Integral a Pessoas em Situação de Violência' do Grupo de Estudos em Gerência e Ensino em Saúde do Instituto de Saúde Coletiva (GEGES/ISC/UFF). Trata-se de um estudo de caso exploratório e descritivo de natureza qualitativa, com duração inicial de 18 meses (etapa I de análise documental e entrevista estruturada, etapa II de observação de atendimentos e realização de entrevistas semi-estruturadas e etapa III de entrevista a gestantes e puérperas atendidas na maternidade). No semestre 2014-II, fase exploratória da investigação, aprofundamos conhecimentos sobre o problema da violência, linhas de cuidado em saúde normatizadas, rede intersetorial de atenção

e rotas críticas percorridas, bem como sobre especificidades da pesquisa qualitativa em saúde, marcos teórico-conceituais e éticos necessários à abordagem do tema (gênero, direitos humanos, entre outros) e dados gerais sobre o campo de pesquisa (HUAP). Entre março e setembro de 2015 ajustaram e concluíram os questionários e o roteiro de entrevistas semi-estruturadas. Realizamos pré-testes entre os membros do projeto enquanto aguardávamos a aprovação da pesquisa pelo CEP e, quando a mesma foi liberada, passamos para a fase de análise documental, explorando dados das fichas de notificação de casos de violência disponibilizadas pelo setor de vigilância epidemiológica do HUAP-UFF, partindo de 2011 (ano em que a notificação de todos os tipos de violência passou a ser compulsória) até os dias atuais. A análise de prontuários de usuárias(os) que tiveram seus casos notificados encontra-se em processo de desenvolvimento. Em paralelo, na emergência obstétrica do hospital, iniciamos levantamento sobre o motivo de entrada das mulheres/usuárias no setor (segundo livro de registro inicial dos casos), selecionando aqueles de violência para serem analisados no seguimento/ desfechos intrasetoriais (na saúde) e intersetoriais (na rede) dos casos. A partir de outubro/2015 planeja-se dar início às entrevistas com profissionais e usuárias. As atividades desenvolvidas demonstram a potencialidade teórico-metodológica do projeto em redimensionar a formação e a prática de estudantes e profissionais sob o eixo da 'Integralidade em Saúde' (Mattos, 2009), contribuindo de forma inovadora para a produção e o avanço do conhecimento científico. O estudo vem dando já maior visibilidade aos fluxos e demandas envolvidos nos casos de violência atendidos na unidade de saúde, bem como envolvendo, pouco a pouco, profissionais de saúde, estudantes e professores em amplo processo de problematização do acolhimento prestado.

ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CONSUMO DE ÁLCOOL E MASCULINIDADE: REFLEXÕES PARA O PROJETO TERAPÊUTICO DE PACIENTES QUE NÃO ADEREM AO TRATAMENTO

Altamir Trevisan Dutra, Augusto Schimidt, Myriam Aldana Vargas Santin

Palavras-chave: Representações sociais, alcoolismo, plano terapêutico

APRESENTAÇÃO: A interdisciplinaridade no cotidiano do trabalho é um tema que vem sendo encorajado nos últimos tempos no cuidado com a saúde. Esse trabalho visa apresentar experiência de interdisciplinaridade em um trabalho de conclusão de curso (TCC) de um curso de graduação em medicina da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), que permitiu posteriormente uma abordagem mais abrangente ao realizar o plano terapêutico de um usuário de uma unidade básica de saúde (UBS) do município de Chapecó- oeste de Santa Catarina. **DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:** Em 2014 apresentamos um TCC acerca da análise das representações sociais do consumo de álcool e masculinidade, que buscou entender o ser humano e seus aspectos biopsicossociais, por meio de um estudo qualitativo. Posteriormente, quando começaram os estágios do internato, tendo em mente o estudo realizado, percebemos outras formas de abordar a clínica de pacientes que não aderem ao tratamento. Além da resistência do paciente é comum a contratransferência por parte dos profissionais de saúde para o usuário e seu modo de viver. Dentre os pacientes que observamos, destacamos um usuário de 54 anos, branco, trabalhador da construção civil. Ele era hipertenso e etilista com diversas co-morbidades. **RESULTADOS:** Considerando o estudo prévio acerca de representações sociais e consumo de álcool foi possível ter uma visão mais holística do

paciente. Conforme o estudo no TCC revelou, o consumo de álcool está relacionado à masculinidade. Foi possível perceber que o paciente em acompanhamento tinha no consumo do álcool sua principal forma de lazer. Relatou também que o consumo de álcool era necessário para interação com amigos no bar, e que caso não o fizesse ouvia brincadeiras depreciando sua imagem como homem. O estudo prévio do tema, representações sociais, teve aplicabilidade nesse caso, pois permitiu entender melhor a não adesão do paciente aos tratamentos e abstinência. Foi possível identificar determinantes sociais que influenciavam suas escolhas. Primeiro percebendo que o problema de etilismo do paciente é um reflexo da cultura vigente. A partir disso, elaboramos um plano terapêutico singular, levando em conta a dificuldade de deixar do hábito de consumir álcool, visto que a abstinência do álcool implica em uma exclusão social por seus pares, que consideram o consumo de álcool como algo "normal" a um homem de sua idade, gênero e classe social. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Desse modo, o estudo do tema representações sociais durante a formação médica mostrou-se como importante para o manejo desse paciente. Além das orientações medicamentosas e não medicamentosas que já vinham sendo feitas, combinamos encontros mensais para conversar sobre os avanços e dificuldades.

EXPRESSÕES E REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Thaysy Andrade Silva Bispo, Nadirlene Pereira Gomes, Alacoque Lorenzini Erdmann, Fernanda Matheus Estrela, Moniky Araújo da Cruz, Larissa Simões Jesus da Cruz, Alana Borges dos Santos, Nildete Pereira Gomes

Palavras-chave: Violência baseada em gênero, assistência integral à saúde da mulher, cuidados de enfermagem

A violência conjugal ancora-se na desigualdade de gênero, social e historicamente construída a partir da crença social do poder do homem sobre a mulher, o que dificulta a mulher perceber-se em vivência de violência, bem como os profissionais de saúde em reconhecer o agravo. Embora muitas vezes mascarada, os sinais da violência estão presentes nos espaços da saúde, manifestos pelas marcas da agressão física e/ou queixas clínicas somatizadas. É essencial que os profissionais conheçam as diversas formas de expressão da violência, bem como suas repercussões. Estudo baseado na Teoria Fundamentada nos Dados, aprovado pelo Comitê de Ética (21560/2012), com o objetivo de compreender os significados atribuídos por profissionais que atuam na Estratégia Saúde da Família acerca das expressões e repercussões da violência conjugal. Foram entrevistados 52 profissionais que atuam na Saúde da Família em um município de Santa Catarina. O estudo permite desvelar as implicações da vivência de violência conjugal para a saúde das mulheres, expressa pela violência psicológica, moral, patrimonial, sexual e física. O agravo desencadeia problemas de saúde física e psicológica, com comprometimento inclusive suas atividades laborais. Por se dá no espaço familiar, a violência traz sérias repercussões para toda família, principalmente para os filhos, prejudicando seu desenvolvimento cognitivo, seu desempenho educacional e sua capacidade de relacionamento. Esse entendimento favorece a responsabilização profissional no que diz respeito à investigação desse agravo como causa associada à busca do serviço de saúde pela mulher, especialmente por conta da naturalização do poder masculino sobre a mulher, responsável pela invisibilidade deste fenômeno.

FEMICÍDIOS EM PORTO ALEGRE: O QUE DIZEM OS INQUÉRITOS POLICIAIS

Ane Freitas Margarites, Stela Nazareth Meneghel

Palavras-chave: Femicídios, feminicídios, gênero, análise crítica do discurso

Femicídio é um conceito que designa assassinatos pautados em gênero, ou seja, mortes femininas por agressão devido ao fato da vítima ser uma mulher. Esta pesquisa de desenho quali-quantitativo teve por objetivo quantificar a fração de feminicídios em uma amostra de inquéritos policiais de mulheres assassinadas, obtidas na Delegacia de Homicídios de Porto Alegre, no período de 2006 a 2010. Outro objetivo foi analisar, sob a perspectiva da teoria do Patriarcado e da Análise Crítica do Discurso, os textos dos inquéritos policiais tipificados como feminicídios. Pesquisaram-se os dados da vítima, do autor, os cenários do crime, a posição do relator e o indiciamento. Dos 89 inquéritos analisados, 64 mortes (72%) foram tipificadas como feminicídios. As vítimas eram jovens, negras, com baixa escolaridade, exerciam ocupações pouco valorizadas socialmente e viviam nos bairros mais pobres da cidade. Mulheres assassinadas possuíam histórico de violência perpetrada por parceiro íntimo e um quarto delas havia feito boletim de ocorrência policial. As identidades das vítimas indicam que, em Porto Alegre, os feminicídios são mais prevalentes entre as sobrantes da sociedade: mulheres negras, pobres, prostitutas, moradoras de regiões de exclusão e tráfico. O histórico de violência de gênero e de ocorrências policiais, a não abertura de inquéritos ou o encerramento sem indiciamento indicam o quanto as vidas dessas mulheres pouco ou nada valem; agressores, em contrapartida, ainda são vistos como doentes ou passionais. Estes dados indicam a magnitude e gravidade

deste agravo e a necessidade de identificar situações de risco e prevenir desfechos letais. Nos inquéritos policiais a desqualificação da vítima e a naturalização da violência foram frequentes, embora também tenham aparecido discursos alinhados à perspectiva da desigualdade de gênero.

FEMINICÍDIOS EM PORTO ALEGRE – UMA ANÁLISE QUANTITATIVA

Ane Freitas Margarites, Stela Nazareth Meneghel, Roger Flores Cecon

Palavras-chave: Femicídios, feminicídios, assassinatos de mulheres, gênero

Feminicídio é um conceito que designa assassinatos ligados a gênero ou mortes femininas por agressão devido ao fato de a vítima ser uma mulher. Pesquisas indicam que entre 60 a 70% dos assassinatos de mulheres são crimes de gênero, porém estes dados ainda são pouco conhecidos no Brasil. O objetivo deste estudo foi quantificar a fração de feminicídios em uma amostra de inquéritos policiais de mortes femininas por agressão obtidas na Delegacia de Homicídios de Porto Alegre, no período de 2006 a 2010. Dos 89 inquéritos analisados, 64 mortes (72%) foram categorizadas como feminicídios. As vítimas eram jovens, negras, com baixa escolaridade, exerciam ocupações pouco valorizadas socialmente e viviam nos bairros mais pobres da cidade. Elas tinham histórico de violência perpetrada por parceiro íntimo e um quarto delas havia registrado boletim de ocorrência policial. A comparação entre vítimas de feminicídio e outras mortes mostrou que no primeiro grupo a maioria dos agressores era conhecido, elas tinham história de violência prévia e registro policial. Estes dados indicam a magnitude deste crime e a necessidade de identificar situações de risco e prevenir desfechos letais.

IMPACTO DA VIOLÊNCIA URBANA NO CONTROLE DA DENGUE NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, NORDESTE BRASILEIRO

Edenubia Pereira Felix, Andrea Caprara, Tamires Layane Lima, Joana Nobre, Cyntia Monteiro

Palavras-chave: violência, urbana, dengue

Apresentação: A violência urbana é uma realidade epidêmica na maioria das grandes cidades do Brasil com mais de meio milhão de habitantes. A região Nordeste teve o maior Índice Homicídio Ano, em 2012. E, o Ceará foi o terceiro estado nordestino com maior índice, cuja capital Fortaleza liderou a lista nordestina. Situação que interfere em vários aspectos da saúde da população, inclusive no controle da dengue. O cálculo do IDH funciona de acordo com o índice que varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). O bairro da Granja Lisboa com uma população de 52,042 e IDH de 0,169 fica localizado na regional V, com 570 mil habitantes com 18 bairros. Objetivo: A pesquisa busca analisar as repercussões da violência urbana no cotidiano do controle da dengue a partir da realidade de um bairro do Município de Fortaleza, capital do Ceará, Nordeste brasileiro. Desenvolvimento do Trabalho Pesquisa descritiva e documental com abordagem qualitativa, dentro de um marco conceitual da pesquisa multicêntrica ecobiossocial sobre dengue e doença de Chagas na América Latina e no Caribe, realizada em bairros de Fortaleza, Ceará, no período de 2011-2013. Foi selecionado um bairro para o estudo atual, local com alto índice de violência. Para a coleta de dados foram utilizados diários de campo, relatórios de pesquisa e entrevistas com o agente de endemias e moradores. Na organização e análise dos dados, tomou-se como base a metodologia da análise de conteúdo, enfatizando a questão da violência e seu

reflexo nas ações de controle da dengue. Resultados: Observou-se que a violência sobrepõe o interesse da população à saúde no caso da dengue, posto os altos índices de criminalidade, a inserção das drogas e seus desdobramentos, assim como, relatos de assaltos dos instrumentos de trabalho e fardamentos dos profissionais de endemias, no cenário estudado. Percebeu-se que essas questões atuam como situações limite no cotidiano do trabalho desses agentes, dificultando o acesso às casas e a mobilização social para organização comunitária no controle da dengue. Assim, a violência interfere na organização social em prol da saúde coletiva, e possui uma ligação direta com a questão da desigualdade social e com a inadequação das políticas públicas. Considerações Finais: Na concepção atual da saúde, a segurança é um fator importante para alcançar um ambiente saudável. Neste estudo, a violência foi um dos entraves para o controle da dengue, e, ao mesmo tempo, está presente nos determinantes da doença. A forma de organização social da população e a privação de um ambiente seguro distanciam as pessoas da participação social no controle da dengue, sendo necessário promover novas intervenções na problemática exposta.

IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL PARA AS MULHERES

Jéssica Damasceno de Santana, Nadirlene Pereira Gomes, Luana Moura Campos, Jordana Brock Carneiro, Telmara Menezes Couto, Nadjane Rebouças Gomes, Cíntia Correia Mesquita, Ozenildes Batista dos Santos

Palavras-chave: Violência doméstica, Violência contra a mulher, Conflito familiar

INTRODUÇÃO: Dados revelam que mais de um terço das mulheres, em todo o mundo

são violentadas por seus parceiros. Nesse contexto, torna-se urgente a promoção de discussões sobre as repercussões desse tipo de violência para a vida das mulheres e de sua família. OBJETIVO: Descrever as implicações da violência conjugal para a vida das mulheres que a vivenciam. MÉTODOS: Trata-se de um estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa, vinculado ao projeto intitulado “Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal”, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, Edital nº 012/2013 - Apoio à Pesquisa em Segurança Pública. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres que relataram vivência de violência conjugal em processo judicial junto à 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador, Bahia. Os dados foram organizados e codificados através da Análise de Conteúdo proposta por Bardin, sendo possível formular núcleos de sentido, agrupados nas seguintes categorias temáticas: Repercussões para as mulheres e Repercussões para os filhos. O estudo atendeu aos aspectos éticos contidos da Resolução 466/2012 do CNS e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, sob parecer 039699/2014. Resultados: A partir das entrevistas evidenciou-se que vivenciar violência na conjugalidade traz implicações para a saúde física e psicologia da mulher e repercute na saúde emocional e no desempenho escolar de seus filhos (as) que presenciam um cotidiano de relações violentas. CONCLUSÃO: Considera-se assim a necessidade de estratégias de prevenção da violência conjugal e identificação precoce de famílias nessa situação a fim de promover um cuidar que minimize os danos desencadeados pela vivência do fenômeno.

INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO A SAÚDE DA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA DE ENFERMAGEM

Anderson Reis de Sousa, Zoete Karla Ferreira Matos, Márcia Alves de Souza Oliveira, Thiago Silva Santana

INTRODUÇÃO: A existência histórica de pessoas em situação de rua não pode ser ignorada ou deslocada da construção e das discussões acerca da nossa sociedade, especificamente falando, da construção de uma sociedade justa e de direitos. Esta parcela da população vem crescendo e sofrendo diretamente as consequências de um modelo econômico neoliberal globalizado, produtor de exclusão em todas as esferas, tanto econômica, como política, cultura e social. Objetivo: Refletir sobre a integralidade da atenção à saúde de pessoas em situação de rua e suas contribuições para a prática em Enfermagem, visando elucidar os mecanismos para ampliação e construção de novas formas de atuação frente aos problemas de saúde dessa população. METODOLOGIA: Trata-se de uma reflexão teórica sobre a temática em questão, norteada pela proposta de Jean Watson, como forma de dar sustentação hipotética para levantamento da bibliografia. Resultado: A necessidade de conhecer profundamente estas mesmas pessoas que moram nas ruas, bem como a esfera social com a qual se relacionam e as probabilidades de distorções que tendem a influenciar negativamente ao entendimento e tratamento das mais variadas potencialidades, a quase não existência de prevenção e promoção para agravos e doenças às pessoas em situação de rua, necessidade de um tratamento mais particular para os CRs (Consultórios de Rua). CONCLUSÃO: de acordo com os resultados, observou-se o intuito de promover maior engajamento às pesquisas e trabalhos

referentes ao tema em epígrafe, visando o norteamento de subsídios voltados para um olhar mais aguçado a essa realidade e, principalmente, para consolidação da importância e contribuição do enfermeiro como fator preponderante à perpetuação e execução da integralidade da atenção à saúde de pessoas em situação de rua.

JUVENTUDE E CRIMINALIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Stella Anunciação Gomes Leite, Ariadyne dos Santos Lopes, Graziela Fernandes, Isaura Máisa Souza Santos

Palavras-chave: adolescente, ato infracional, inimizabilidade, maioridade penal

APRESENTAÇÃO: No presente trabalho os autores visam discutir as possíveis soluções sobre a possibilidade da redução da maioridade penal, atualmente foco de grande polêmica no âmbito social. Os principais objetivos da realização desta pesquisa foram de identificar, analisar e compreender as propostas de ementa à constituição em discussão no Congresso Nacional, abordando os diferentes pontos de vista dos atores envolvidos na temática. A pesquisa foi realizada de Janeiro a Maio do ano de 2015, na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Primeiramente se fez um breve estudo acerca dos principais fatores que contribuem para o clamor da população versus mídia, que é o maior meio de veiculação de informações e possui um poder potencial e decisivo na opinião pública. Em seguida analisam-se as entrevistas dos envolvidos, com participação ativa junto ao adolescente em conflito com a lei e os mesmos. Posteriormente se apresentam os resultados das entrevistas e por fim os autores fazem uma análise crítica sobre o tema, bem como se posiciona quanto à tão discutida possibilidade de redução da

inimizabilidade penal. O que mais chamou a atenção na análise dos resultados foi o fato dos adolescentes se posicionarem a favor da redução da maioridade penal.

MECANISMOS DE SUBMISSÃO FEMININA: GÊNERO, POBREZA E INIQUIDADES

Roger Flores Ceccon, Stela Nazareth Meneghel, Virgínia de Menezes Portes

Palavras-chave: Pobreza, Gênero, Iniquidades, Vulnerabilidade

Este texto apresenta reflexões sobre as desigualdades de gênero em que estão expostas mulheres que vivem em condições de pobreza extrema. As informações foram produzidas em uma localidade pobre do município de Porto Alegre através de observações registradas em diário de campo baseadas em atendimentos, visitas domiciliares, grupos de educação e reuniões com profissionais da saúde, educação e assistência social. O local vive à margem da sociedade e nele predominam situações de pobreza extrema, exclusão social, violências, tráfico de drogas e prostituição. As mulheres estão expostas a mecanismos de submissão e controle da sexualidade, vulneráveis à epidemia de Aids e vítimas de adoecimento mental. É necessário evidenciar as consequências sociais da pobreza em sociedades patriarcais para que se possam instituir práticas de cuidado integral.

MORTALIDADE MATERNA EM CAPITALS BRASILEIRAS: UM MARCADOR DE EQUIDADE DE GÊNERO

Roger Flores Ceccon, Stela Nazareth Meneghel, Gabriela Arguedas Ramires, Anelise Hanh Bueno, André Luis Machado Bueno, Virgínia de Menezes Portes

Palavras-chave: Mortalidade, Mortalidade Materna, Gênero, Violência contra a mulher, Raça e saúde, Estudos Ecológicos

OBJETIVO: Analisar a relação entre mortalidade materna, características sociodemográficas e acesso a serviços nas capitais brasileiras. **MÉTODOS:** Estudo ecológico cuja variável dependente foi a razão de mortalidade materna e as independentes foram as variáveis sociodemográficas e de acesso a serviços entre 2010 a 2012 nas capitais brasileiras. As variáveis foram associadas através do teste de Correlação de Pearson e as que apresentaram significância estatística na análise bivariada foram incluídas no modelo de Regressão Linear Multivariada. **RESULTADOS:** A maioria das mulheres que morreu devido à gravidez ou parto era negra, solteira e com baixa escolaridade. Os óbitos ocorreram no hospital, durante o puerpério e a causa mais frequente foi a doença hipertensiva. Houve associação estatística com as variáveis: Índice de Gini, proporção de população negra e número de consultas de pré-natal ($p < 0,20$), permanecendo no modelo final a relação entre mortalidade materna e população negra ($\beta = 0,436$; $p = 0,003$; $r^2 = 0,72$). **CONCLUSÃO:** Os achados revelam a racialidade da mortalidade materna, indicando a presença de iniquidades na atenção à saúde das mulheres negras.

MULHERES EM VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA CONJUGAL CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

Thaysy Andrade Silva Bispo, Fernanda Matheus Estrela, Josinete Gonçalves dos Santos Lírio, Rosana Santos Mota, Kátia Cordélia Cunha Cordeiro, Moniky Araújo da Cruz, Larissa Simões Jesus da Cruz, Alana Borges dos Santos

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Conflito conjugal, Enfermagem, Saúde pública, Gênero, Saúde da mulher

A violência conjugal constitui-se um grave problema de saúde pública por conta da morbimortalidade por este agravo e seu impacto sobre a produtividade econômica. Agrava-se a dificuldade de reconhecimento da problemática por parte dos profissionais contribuindo para subenumeração de mulheres que vivenciam o agravo, sendo portanto, e essencial o preparo profissional para a identificação do fenômeno. Este estudo teve como objetivos identificar os aspectos demográficos e socioeconômicos de mulheres em situação de violência conjugal bem como conhecer suas expressões e consequências. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa, vinculada ao Grupo de Estudos “Violência Saúde e Qualidade de Vida” através da pesquisa-ação “Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal”, financiada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado da Bahia, cujo projeto fora aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (n. 877.905). O estudo foi realizado na 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher localizada no município de Salvador, Bahia, Brasil. Os dados foram extraídos dos Formulários de Análise Documental, preenchidos por psicólogas e/ou assistentes sociais durante entrevista com a mulher e calculados as distribuições das frequências. Os dados foram processados no programa STATA. A investigação dos processos registrados em 2014 revelou que a denúncia da violência conjugal é realizada, na sua maioria, por mulheres com idade entre 25 e 49 anos, negras, solteiras, com filhos, que concluíram pelo menos o ensino médio

e que exercem atividades remuneradas, embora com vencimento de até dois salários mínimos. Tais achados sinalizam ser esse o perfil de mulheres que já estão sensibilizadas para romper com o ciclo de violência, sendo a denúncia uma das possibilidades. A este público específico, devem ser investidas ações que empoderem às mulheres a não desistir da luta por uma vida livre de violência. Evidencia-se o imbricamento entre saúde e violência e, portanto, a essencialidade do preparo profissional para associar os aspectos clínicos e comportamentais apresentados pelas mulheres à violência a fim de identificar mulheres que vivenciam o agravo e encaminhá-las à serviços de referência.

MULHERES NUM MUNDO CARCERÁRIO

Anna Carolina Martins Silva, Ana Cristina Passarella Brêtas

Palavras-chave: Mulheres, Prisões, Narrativa

APRESENTAÇÃO: “A prisão? É um lugar, vou falar pra você... A prisão, eu sempre falo pra todo mundo, é o lugar pra você refletir tudo que fez na sua vida, de bom e ruim. Até o que você imaginou que não poderia vir na sua memória, volta.” Foi assim que uma mulher da Penitenciária Feminina de Sant’Ana definiu a prisão enquanto conversávamos na coleta de dados deste estudo. Estar na prisão permitiu captar cheiros, formas e cores impregnadas nas paredes e também, nas palavras, silêncios e gestos das mulheres que estavam encarceradas. Essas mulheres, apesar de serem minoria quando comparadas ao total de homens presos, estão em número cada vez maior nas unidades brasileiras. Este é um estudo de natureza qualitativa que utilizou como método a História Oral Temática, com o objetivo de conhecer o cotidiano prisional a partir de histórias

contadas por mulheres que cumprem pena em privação de liberdade na Penitenciária Feminina de Sant’Ana, na cidade de São Paulo e assim, compreender as realidades vividas por elas. **DESENVOLVIMENTO:** Foram feitas entrevistas com oito mulheres que concordaram em participar do estudo, após apresentação do mesmo. Em um espaço da unidade prisional, o registro destes encontros ocorreu a partir da gravação do áudio e de um diário de campo; este material foi transcrito. Posteriormente, houve reordenação das entrevistas adotando o recurso da transcrição. Nesse momento, como propõe Bourdieu (1997), havia a intenção de orientar a atenção do (a) leitor (a) àquilo que se julga pertinente. Os eixos temáticos que surgiram diante do material obtido são: “o eu e a outra”; “mimeografar o passado e imprimir o futuro”; “diariamente”; “disciplina e poder: morto! Vivo! Vivo! Morto! Vivo” e a elaboração dos mesmos foi seguida da análise crítica, relacional, entre os dados empíricos obtidos no trabalho de campo e as categorias analíticas. **RESULTADOS:** A relação que foi construída com tais mulheres nos fez a todo tempo assumir posições de “eu” e “outra”; sair do ambiente prisional através de memórias e esperanças; se aproximar do cotidiano, apreendido por cada uma delas ao se adaptarem, criando formas de resistência e compreendendo as circunstâncias do encarceramento; notar que por meio do poder disciplinar tão próprio das instituições totais e totalizantes, as vivências estão, sobretudo, controladas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A experiência reinventou pesquisadoras e pesquisadas e ampliou horizontes para a compreensão da vida de mulheres num mundo carcerário. A prisão, instituição total e totalizante, demanda olhar de perto para ouvir e é assim que se torna possível a relação com as mulheres, além de seus delitos. Como enfermeira notamos que essa aproximação

considera quem são como vivem e quais são os sentidos que as mulheres encarceradas atribuem as suas vidas e, encontra o que há de essencial ao cuidado, quando pensado em sua dimensão ontológica.

OS SENTIMENTOS QUE EMERGEM EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E O CUIDADO DE TERAPIA OCUPACIONAL

Marcia Karolayne Garcia de Quadros, Angela Maria Bittencourt Fernandes da Silva

Palavras-chave: violência doméstica, mulher, terapia ocupacional, sentimento

INTRODUÇÃO: A violência acompanha toda a história da humanidade. Tal como numa epidemia, todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta que alimenta e mantém ativos os focos específicos de violência, os quais se expressam nas relações domésticas, de gênero, de classes e no interior das instituições. De acordo com pesquisas da Organização Mundial de Saúde as mulheres são alvos de todo tipo de violência, seja ela, física, simbólica ou sexual doméstica ou abuso sexual, e na maioria provocada por parentes ou pessoas próximas a vítima. A Terapia Ocupacional é a área do conhecimento, voltada à prevenção e ao tratamento de indivíduos com distúrbios físicos, afetivos, clínicos, psíquicos, sensoriais ou sociais. Concentra-se em prevenir e diminuir as incapacidades e obstáculos que surgem como consequência destes transtornos que impedem a pessoa de ter independência. **OBJETIVO:** Identificar os sentimentos que emergem em mulheres vítimas de violência doméstica. **METODOLOGIA:** Análise de conteúdo utilizou-se Bardin que é resultado de testes de associação de palavras (estereótipos e conotações) e visa estudar os estereótipos sociais espontaneamente partilhados

pelos membros de um grupo relativo. **RESULTADOS:** Participaram do estudo dez mulheres atendidas na casa da mulher Nilopolitana. Identificou-se que a agressão coloca à tona, uma série de sentimentos que se inicia na desde a primeira agressão seja verbal e física e vai sendo carregada por toda uma vida. Algumas mulheres relatam que após ter passado um tempo da agressão, ainda se sentiam oprimidos pela marca causada por ela. Normalmente esses sentimentos estão diretamente relacionados às repercussões da agressão no seu meio social, pois se referem que não gostariam de ser identificados como aquele que tem uma mulher agredida a qual representa a culpa, medo, rejeição e risco, demonstrando a falta de cuidado consigo mesmo. **CONCLUSÃO:** A violência doméstica causa uma ruptura familiar, pois a mulher permanece carregada de marcas; o medo de conviver com o parceiro é grande devido à agressão e o mesmo fato se repetir, com isso, oportunizando o aumento de solidão, favorecendo o isolamento dessas mulheres frente seus familiares e amigos. O projeto de Terapia ocupacional tem dado a oportunidades de essas mulheres voltarem a se incluir tanto na sociedade, como no meio familiar. A percepção dos sentimentos dessas mulheres nos permitiu compreender as particularidades dos sentimentos internalizados por elas após a agressão, tais como: preocupação, discriminação, medo, responsabilidade, angústia, solidão, incompreensão, omissão que influenciam o seu isolamento e a sua culpa frente à comunidade, a família, aos amigos e no trabalho. Evidenciamos que a violência doméstica ainda permanece como um tabu, carregada de estigma, pela própria mulher agredida, quanto pela sociedade; pois o medo e ao mesmo tempo a dependência daquele companheiro faz com que aumente a necessidade de isolamento físico, social e emocional, fazendo com que o indivíduo

muitas das vezes desista do seu próprio eu, ou seja, de suas vontades. Verifica-se que a Terapia Ocupacional desenvolveu no projeto oficinas que proporcionaram elas expressarem todo o seus sentimentos.

PROMOÇÃO DA SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E O TRATAR HUMANIZADO NO ÂMBITO DO SUS

Carlos André Santos Leite, José de Ribamar Gomes de Sousa Filho, Kassia de Sousa Martins, Herli de Souza Carvalho, Pacitta Rezende Amora de Sena, Cristiane das Graças Carneiro, Jhonatan Costa

Palavras-chave: Transsexualidade, SUS, Travestilidade, humanização

APRESENTAÇÃO: O direito à saúde no Brasil é fruto da luta do Movimento da Reforma Sanitária e está garantido na Constituição de 1988. No texto constitucional a saúde é entendida de maneira ampliada e não apenas como assistência médico sanitária. Nesta concepção, saúde é decorrente do acesso das pessoas e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais. Por tanto, a saúde tem papel essencial na integração social de sujeitos estigmatizados, como as travestis e transexuais, que por um longo período sofreram com discursos patologizantes de suas identidades de gênero. Partindo de tais pressupostos o seguinte trabalho busca identificar ações a nível nacional para a promoção da saúde de travestis e transexuais diante de uma prática humanizada no âmbito do SUS. **DESENVOLVIMENTO:** Por meio do estudo comparativo de dados coletados em Conferências de discussões sobre a temática, com as prerrogativas da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais buscou-se a identificação das ações práticas para a integração das Travestis e Transexuais

no âmbito do SUS e a possível eliminação de barreiras estigmatizantes no tratamento de patologias nestes sujeitos sociais. **Resultados:** Identificou-se num primeiro momento um abismo estatístico entre as prerrogativas da supracitada Política Nacional de Saúde e os dados coletados, levando-nos a questionar a efetividade da mesma. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Apesar da disparidade notada na pesquisa entre dados coletados e a legislação, também se percebeu que houve um avanço claro entre a anterior ausência legislativa e a atual configuração. Tal percepção deu-se a partir da observação de que apesar da não completa efetividade, a Política Nacional mostrou-se um avanço inegável no que tange o tratamento humanizado de sujeitos estigmatizados e excluídos de uma cidadania plena, que também envolve o acesso a um tratar humanizado no serviço público de saúde.

REDE DE SUPORTE À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

Luana Mora Campos, Nadirlene Pereira Gomes, Ionara da Rocha Virgens, Jordana Brock Carneiro, Fernanda Matheus Estrela, Telmara Menezes Couto, Nadjane Rebouças Gomes, Luana Araújo dos Reis

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Estratégias de enfrentamento, Enfermagem de atenção primária, Políticas públicas

INTRODUÇÃO: A violência conjugal pode ser considerada um problema de saúde pública, pois além de trazer danos à saúde física e mental das mulheres e da sua família, compromete a produtividade econômica do país. Diante a complexidade e magnitude da violência conjugal, necessário se faz a articulação de saberes e serviços. **OBJETIVO:** Identificar a rede de suporte à mulher em situação de violência conjugal.

METODOLOGIA: Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa, vinculado ao projeto “Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal”, sob financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e a Secretaria de Segurança Pública (SSP). As participantes da pesquisa foram 10 mulheres com vivência de violência conjugal, em processo na 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Salvador, Bahia, Brasil, eleita como cenário do estudo. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de grupo focal. A pesquisa respeitou os aspectos éticos contidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. **RESULTADOS:** Conforme as mulheres participantes do estudo, a família, os amigos, as organizações não governamentais (Narcóticos Anônimos, MADA – Mulheres que amam demais) e os equipamentos institucionais para proteção a vítimas de violência (Delegacia da Mulher, Vara, Ministério Público, Defensoria Pública) constituem uma rede de apoio para o enfrentamento da violência conjugal. Mesmo que de forma isolada, o apoio recebido favorece o empoderamento das mulheres, fortalecendo-as para adoção de iniciativas para saída do ciclo da violência. **CONCLUSÃO:** Os achados nos remetem a necessidade de fortalecimento da rede de apoio à mulher em situação de violência, que não se limite às instituições formais, englobando os demais meios de suporte elencados pelas mulheres. A enfermagem, na atuação no âmbito da Atenção Primária à Saúde, pode viabilizar esse processo.

REFLETINDO SOBRE A SEXUALIDADE E SUA INTERFACE COM A VIOLÊNCIA CONJUGAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luana Moura Campos, Nadirleene Pereira

Gomes, Jéssica Damasceno de Santana, Jordana Brock Carneiro, Fernanda Matheus Estrela, Telmara Menezes Couto, Nadjane Rebouças Gomes, Kátia Cordélia Cunha Cordeiro

Palavras-chave: Violência contra a mulher, Violência baseada em gênero, Gênero, Educação, Violência Sexual, Enfermagem

INTRODUÇÃO: A violência conjugal consiste em um problema de saúde pública, pois adoece física e emocionalmente às mulheres, bem como toda família. Enraizada na desigualdade de gênero, esse fenômeno é socialmente construído, naturalizado e compartilhado, de modo a reafirmar o poder do masculino sobre as mulheres. O domínio do homem se estende inclusive sobre o corpo, à vontade e a sexualidade de suas companheiras. **OBJETIVO:** Socializar a experiência de uma atividade de intervenção sobre sexualidade e sua interface com a violência conjugal. **Métodos:** Trata-se de uma intervenção vinculada ao projeto “Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal”, sob financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e da Secretaria de Segurança Pública. As participantes foram mulheres com história de violência conjugal em processo junto à 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Salvador, Bahia, Brasil. Como técnica de coleta de dados, realizou-se grupo focal. O estudo respeita os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). **Resultados:** A intervenção favoreceu o partilhar de experiências relacionadas à limitação do exercício da sua sexualidade, a vivência de violência sexual no relacionamento conjugal e a infidelidade por parte do cônjuge. As falas das mulheres, ancoradas na desigualdade de gênero, evidenciam relação entre

vivência de violência conjugal e o exercício da sexualidade. **CONCLUSÃO:** A experiência constitui-se enquanto um espaço de reflexão, no qual as mulheres se deram conta de que não exercitam plenamente sua sexualidade, se sujeitando a vontade do cônjuge. Sinaliza-se, pois para a importância do olhar sob a perspectiva de gênero no sentido de dar visibilidade a violência que a mulher vivencia cotidianamente, condição essencial para ruptura do ciclo.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SAÚDE DAS CATADORAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA

Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos, Jéssica Camila de Sousa Rosa, Sílvia Maria Ferreira Guimarães

Palavras-chave: Representações sociais, Saúde da trabalhadora, autocuidado, itinerários terapêuticos

Este trabalho reflete o contexto social, econômico e ambiental da população de trabalhadores catadores de resíduos sólidos recicláveis. Esse tipo de ocupação é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. O trabalho é marcado por características de exposição a variações climáticas, a riscos de acidente de manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, a violência urbana. Ao analisar o perfil dos trabalhadores, a partir de uma revisão de literatura, encontrou-se nesse cenário um maior número de mulheres e após imersão no campo empírico em duas cooperativas do Distrito Federal foi constatado que as mulheres exercem um número expressivo como trabalhadoras. O objetivo principal é compreender as condições de vida e trabalho das catadoras e o autocuidado com sua saúde. **Método:** Utilizou-se da pesquisa

qualitativa para compreensão do contexto político e social dessas trabalhadoras, cuja técnica foi a etnografia. **Resultados:** As catadoras estão inseridas em um contexto de vulnerabilidade de vida e trabalho, devendo ser investigados, mostrando a real situação para o poder público, desse grupo populacional, principalmente nos aspectos relacionados aos percursos que as mulheres nessa situação percorrem nos serviços e instituições em busca do acesso e cuidado em saúde. **Considerações:** Ressalta-se que à exposição a condições que não favorecem a sua saúde física, emocional e social é presente, visto que as mesmas se submetem à condições de trabalho insalubres ao bom desempenho laboral, assim comprometendo a qualidade de vida.

SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA PARA MULHERES E AS REPERCUSSÕES EM SEUS PROJETOS DE VIDA

Itayany de Santana Jesus Souza, Sinara de Lima Souza

Palavras-chave: Violência contra Mulher, Saúde da Mulher, Rede de Atenção

A palavra violência é um vocábulo de origem latina, vem da palavra vis, que significa força e se refere ao uso da mesma para demonstrar superioridade física e constrangimento sobre outrem. A violência é um fenômeno complexo, com diferentes formas de manifestação, sofre influência da visão de mundo dos envolvidos, evoluiu historicamente, e faz parte do cotidiano das populações que buscam alternativas de enfrentamento. Portanto, a violência interfere negativamente nos processos de vida dos indivíduos a ela submetidos, modificando comportamentos, provocando adoecimentos nas esferas física, psíquica e emocional. Destacamos que a violência contra a mulher é um evento observável por

diversos ângulos para além do indivíduo e das relações de poder atrelados, mas também engloba a forma como cada sociedade comporta-se, especificando a variedade de fatos sociais, econômicos, culturais e religiosos que as envolve. Os objetivos deste estudo foram compreender os significados da violência para mulheres internadas em um hospital público do interior da Bahia e as repercussões dessa violência em seus projetos de vida. Pesquisa qualitativa do tipo exploratória, realizada em um hospital público, com cinco mulheres que sofreram diferentes tipologias de violências, e foram internadas, no período de janeiro a abril de 2015. Utilizamos a entrevista semiestruturada para coleta dos dados. Foi utilizado o método de análise temática de conteúdo. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa. Resultados: As mulheres referiram que a violência é algo triste e que deixa marcas, relacionando à ocorrência deste fenômeno, a violência causada pelo parceiro íntimo muito controlador e violento, a disseminação das drogas na comunidade, a dificuldade de acesso à Rede de Atendimento, violência no trânsito que ocasiona acidentes, e ideias suicidas motivadas pela infelicidade na relação conjugal. A violência sofrida trouxe repercussões negativas causando prejuízos, medo de ter um novo relacionamento amoroso, medo de retornar ao ambiente familiar que a faz rememorar a violência sofrida, interrupção de seus sonhos e projetos de vida pelo tempo prolongado do internamento hospitalar para tratar as lesões decorrentes dos eventos violentos, e falta de perspectiva para o futuro, como a dificuldade de manter-se economicamente devido o adoecimento por conta da violência sofrida. CONCLUSÕES: Consideramos que a violência, qualquer que seja, causou impactos negativos na vida das mulheres e seus significados repercutiram diretamente na saúde e nos projetos de vida. Apontamos a integralidade da Rede de Atenção como

fundamental. Para tanto, as ações a serem desenvolvidas com pessoas em situação de violência têm que suplantar as expectativas do tratamento das lesões físicas que motivam a internação hospitalar. A Rede de Atenção deve ser acionada logo que as violências sejam identificadas pelos profissionais que acolhem e cuidam dessas mulheres. Contudo, precisamos avançar na efetivação das Políticas Públicas no campo da educação e informação à população em geral, na estruturação dos serviços que compõem a rede e na sensibilização dos profissionais.

UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS E BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS(PNSLGBTT) E SEUS EFEITOS SOCIAIS

Carlos André Santos Leite, José de Ribamar Gomes de Sousa Filho, Kassia de Sousa Martins, Herli de Souza Carvalho, Pacitta Rezende Amora de Sena, Jhonatan Costa, Cristiane das Graças Carneiro, Rômulo Batista Sá Moraes

Palavras-chave: Estigma, SUS, LGBTT, Saúde

APRESENTAÇÃO: A despeito das conquistas e dos avanços decorrentes da implantação do Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS), ainda há problemas estruturais que precisam ser superados se pretendemos assegurar universalmente serviços de saúde de qualidade para a população brasileira. Neste contexto segundo COSTA (2004:12) “O ideário da integralidade compõe um processo que se inicia na formulação de políticas do nível macro pelo Estado... até a produção de ações de cuidado de saúde por meio de práticas para a atenção e o cuidado dos indivíduos”. Ações como a PNSLGBTT, baseadas nos princípios de universalidade, integralidade e equidade,

buscam o acesso humanizado ao SUS de sujeitos socialmente estigmatizados. Com isso, buscou-se no seguinte trabalho a observação dos efeitos sociais de tal política, e perceber se eles se coadunam com os objetivos da mesma. Desenvolvimento: Por meio do estudo comparativo de dados coletados em artigos de discussões sobre a temática, com as prerrogativas da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais buscou-se a identificação dos efeitos sociais no âmbito do SUS e as possíveis disparidades entre estes elementos na eliminação de barreiras estigmatizantes no acesso ao tratamento humanizado de saúde. Resultados: Os dados referentes às ações de implementação da PNSLGBTT e da necessidade de políticas públicas como esta demonstraram um abismo quantitativo entre seus objetivos e diretrizes e a realidade cotidiana dos serviços de saúde pública. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A necessidade de sensibilização de profissionais da saúde para o atendimento não discriminatório da população LGBT constitui um dos temas mais recorrentes nos planos, programas e demais documentos que apresentam diretrizes, objetivos e metas para as políticas públicas de saúde formuladas para esses segmentos. Apesar disso, ainda se demonstra falha a profissionalização adequada para o tratamento por parte dos trabalhadores da saúde a estes segmentos, consistindo esta questão na principal causa da não efetividade plena de ações como a PNSLGBTT.

USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ENTRE ADOLESCENTES ESCOLARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PESQUISA NACIONAL DA SAÚDE ESCOLAR (PENSE 2009-2012)

Caroline Soares Soares Nobre, July Grassiely de Oliveira Branco, Ceci Vilar Noronha

Palavras-chave: Drogas ilícitas, Adolescentes, Saúde Escolar

O uso de substâncias psicoativas têm se mostrado um grave problema de saúde pública. Ao voltarmos os olhares ao público adolescente, estudos nos mostram que de uma forma geral os adolescentes são vulneráveis à ação de drogas, devido a processos fisiológicos decorrentes a idade. Este trabalho tem por objetivo analisar comparativamente o uso de crack entre escolares, tendo como base a pesquisa nacional de saúde escolar dos anos de 2009 e 2012. Realizou-se um estudo de observação predominantemente descritivo, de tendência temporal, sendo realizada análise espaço-temporal da taxa de uso de substâncias psicoativas por adolescentes escolares do 9º ano do Ensino Fundamental no Brasil. O estudo utilizou dados secundários da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). A escolha do período (2009 a 2012) deu-se em virtude da realização da pesquisa nestes dois anos. A investigação busca apresentar a situação do Brasil de forma global, cujos dados serão comparados entre as capitais e sexo em relação ao uso de drogas. No ano de 2009 o uso de substâncias psicoativas em escolares do 9º ano do Ensino Fundamental, que relataram terem feito uso de drogas alguma vez na vida se apresentada na ordem de 13,2 % Curitiba (12,1% feminino, 14,3% masculino), 11% no Recife (8,1% feminino, 14,3% masculino), 10,8% Belo Horizonte (9,0% Feminino e 12,7% masculino), 10,3% em João Pessoa (7,1% feminino e 14,1% masculinos) e Natal (8,4% feminino e 12,4% masculino). No ano de 2012 tivemos 17,5% Florianópolis (18,1% feminino e 16,9% masculino), 14,4% Curitiba (14,8 feminino e 14,0 masculino), 14,1% Distrito Federal (14,0% feminino 14,1% masculino), 13,2% Vitória (12,0% feminino e 14,3% masculino) e 12,0% Porto Alegre (13,1% feminino e 10,8% masculino). Os dados levantados

em 2009 retratam que 8,7% dos escolares já entraram em contato com alguma droga ilícita, ou seja, maconha, cocaína, crack, cola, “loló”, lança perfume e ecstasy. Já em 2012 o percentual foi 7,3% dos escolares, o que nos leva a crer na diminuição no contato com as substâncias psicoativas supracitadas, apesar do aumento em capitais até então não citadas entre as cinco primeiras com elevados índices no ano de 2009. No entanto, durante a pesquisa do ano de 2009 percebe-se uma predominância das capitais da região nordeste com alta porcentagem de escolares que já usaram drogas e Curitiba continuando entre as primeiras capitais com o maior percentual. Esta realidade no ano de 2012 se modifica para região Centro-Oeste e permanece na Região Sul com a cidade de Curitiba e a chegada da cidade de Florianópolis sendo a cidade com maior índice. No que tange ao sexo apesar dos homens aparecerem com maior percentual, percebe um crescimento significativo entre as mulheres no ano de 2012, chegando ao referido percentual, ser maior em algumas regiões do Brasil. Frente aos dados levantados surge a necessidade da implementação de ações de combate ao uso de substâncias psicoativas no âmbito escolar com inserção na matriz curricular. Bem como, políticas públicas voltadas para adolescentes com práticas educativas com intuito de conscientização sobre os malefícios do uso de drogas.

VIOLÊNCIA CONJUGAL: REPERCUSSÕES PARA OS FILHOS

Josinete Gonçalves dos Santos Lírio, Nadirlene Pereira Gomes, Moniky Araújo da Cruz, Luciano Pimentel Bressy, Jordana Brock Carneiro, Larissa Simões Jesus da Cruz, Luana Moura Campos, Nadjane Rebouças Gomes

Palavras-chave: Violência contra mulher, Família, Saúde, Mulher

Introdução: A violência conjugal é considerada um problema de saúde pública, pois gera custos para os cofres públicos, além de danos para a saúde física e mental das mulheres como também acomete a família, sendo os filhos considerados um grupo vulnerável ao adoecimento. Objetivo: Identificar as repercussões da violência conjugal para os filhos. Metodologia: Trata-se de um estudo do tipo pesquisa-ação, com abordagem qualitativa, realizado com mulheres em processo junto à 1^a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador, Bahia, Brasil, com história de violência conjugal. O estudo vincula-se ao projeto intitulado “Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal”, aprovado pelo Edital nº 012-2013 – Apoio à Pesquisa em Segurança Pública da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Utilizou-se como técnica de coleta de dados o grupo focal. O estudo foi aceito pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA, sob parecer Nº 039699/2014 e atendeu aos preceitos éticos contidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Resultados: O estudo mostrou que violência conjugal traz implicações para a saúde dos filhos, muitos dos quais apresentam ao longo da vida comportamentos agressivos e/ou desencadeiam adoecimento mental. Considerações finais: As repercussões da violência conjugal para os filhos sinalizam para a necessidade de atenção às crianças e adolescentes que podem estar inseridos no contexto familiar permeado pela violência. São importantes ações políticas focadas a esse grupo no intuito de prevenir o agravo e/ou minimizar seus efeitos.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EM UMA UNIDADE DE EMERGÊNCIA HOSPITALAR

Anderson Reis de Sousa, Adrielly Rocha Barbosa Gonçalves, Alvaro Pereira, Emanuela Márcia de Freitas Oliveira, Tilson Nunes Mota, Adilson Ribeiro dos Santos, Bianka Sousa Martins da Silva, João Sérgio Santos Caldeira

Palavras-chave: Violência de Gênero, Saúde da mulher, Enfermagem

APRESENTAÇÃO: A sociedade embora em constante transformação produz e reitera valores androcêntricos que reforçam a assimetria e poder das relações entre homens e mulheres. Trazendo no seu âmago graves problemas, dentre eles a violência de gênero, referida como quaisquer atos de violência baseada na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher, inclusive ameaçam de tais atos, coerção e privação da liberdade na vida pública ou privada. Este estudo teve como objetivo conhecer e analisar, à luz de gênero, as concepções de profissionais de enfermagem em relação à violência de gênero. DESENVOLVIMENTO: Trata-se de um estudo descritivo exploratório, com abordagem qualitativa, realizado no setor da emergência de um hospital público de uma metrópole do Estado da Bahia. Dos campos da emergência que compuseram o estudo estão: Sala Vermelha, Pronto Atendimento Cirúrgico, Sala de Triagem, Pronto Atendimento Feminino e Pronto Atendimento Masculino. Participaram da pesquisa nove trabalhadoras de saúde que compõem a equipe de Enfermagem e atuavam no setor da emergência do campo de estudo, dentre elas, quatro enfermeiras e cinco técnicas de Enfermagem. Os dados foram coletados

por meio de entrevista semiestruturada, combinando perguntas fechadas e abertas, possibilitando ao entrevistado discorrer livremente sobre a temática da violência de gênero. Com o intuito de assegurar os preceitos éticos, após análise e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Nobre de Feira de Santana, Bahia, sob o protocolo n. 42051315.1.0000.5654, solicitamos as participantes a leitura prévia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e procedemos aos esclarecimentos pertinentes e, em seguida, o mesmo foi assinado em duas vias. RESULTADOS: Da análise de conteúdo temática categorial emergiram as seguintes categorias: O que pensam os profissionais de enfermagem acerca da violência de gênero; A violência de gênero e as práticas da unidade de emergência hospitalar: identificando limites, vislumbrando potencialidades. Evidenciou-se a construção histórica onde a mulher é vista como de controle social masculino, onde se submete as vontades e as ordens do companheiro, seja ele marido ou não, ainda que seja um sujeito social autônomo e dona do próprio corpo. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Diante disso, percebemos a importância de que essa mulher em situação de violência seja amparada pela rede de proteção e atenção a violência contra a mulher, uma vez que precisa ganhar visibilidade fora do contexto que é acometida como estratégia de enfrentamento e que outras pessoas identifiquem essa violência para ser combatida.

VIVÊNCIA DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR DE HOMENS EM PROCESSO CRIMINAL

Jaqueline Alves Alves Pires, Álvaro Pereira, Gilvânia Patrícia do Nascimento Paixão, Nadirlene Pereira Gomes, Anderson Reis

de Sousa, Welton Souza Campos de Araújo, Jéssica Damasceno de Santana, Nildete Pereira Gomes

Palavras-chave: Relações familiares, Violência na família, Violência baseada em gênero, Enfermagem

INTRODUÇÃO: A violência intrafamiliar tem sido apontada como geradora de graves repercussões para a saúde física e mental das pessoas que a vivenciam. **OBJETIVO:** Desvelar a violência intrafamiliar vivenciada por homens em processo criminal. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de abordagem qualitativa, vinculado ao projeto financiado pela FAPESB: “Reeducação de homens e mulheres envolvidos em processo criminal: estratégia de enfrentamento da violência conjugal”. Os colaboradores da pesquisa foram cinco homens que respondiam judicialmente por processo de violência conjugal na 1^o Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Salvador, Bahia, Brasil. Utilizou-se como técnica de coleta de dados o grupo focal. O estudo atendeu aos aspectos éticos contidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, aprovado pelo CEP através do parecer nº 039699/2014. **RESULTADOS:** Os homens referiram à vivência de violência intrafamiliar desde a infância expressas nas formas física, verbal e psicológica. Mencionaram também, que, em alguns momentos presenciaram a violência conjugal entre os seus pais. **CONCLUSÃO:** A vivência de violência relatada pelos colaboradores sinaliza para o caráter intergeracional da violência, de modo que os autores também vivenciam ou vivenciaram o fenômeno em algum momento da vida, em especial aquela que se manifesta no espaço doméstico. Considerando que esta se encontra enraizada na desigualdade de gênero, necessário se faz a criação de

espaços que permitam reflexões para a desconstrução desse fenômeno. Mediante o exposto, é fundamental que a temática violência seja trabalhada ainda na formação acadêmica, independente da área de atuação, com o objetivo de identificar a violência intrafamiliar.

Relatos de Experiências

“EM BRIGA DE MARIDO E MULHER: EU METO SIM A COLHER”

Leonardo Diego da Silva Silveira, Aline Pessoa de Sá Amorim, Aline Rafaela Nogueira Serafim, Jaciara Alves de Lima, Rosilda Saldanha Lopes de Oliveira, Stheffannir Fernandes de Souza Soares Maia

Palavras-chave: Violência, Mulher, Casais, Sociedade

APRESENTAÇÃO: A violência está presente na cotidianidade sobre diferentes óticas das quais podemos observar. Existem vários tipos de violência na sociedade e essas se expressam de diversas formas, tendo maior destaque a sexual, a física, a moral e a psicológica. A intervenção teve como objetivo construir o conhecimento sobre a violência contra a mulher e levar esclarecimentos acerca dos direitos, deveres, redes de apoio e assistência em relação a essa problemática, bem como expor sobre a Lei Maria da Penha. **DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA:** A ação realizada tratou-se sobre a violência sofrida, presenciada e vivenciada pelas mulheres na sociedade e foi realizada no dia 15 de maio de 2015 na capela de São Pedro no bairro abolição IV, município de Mossoró/RN, tendo como público-alvo os casais do Encontro de Casais com Cristo (ECC). É importante levar a discussão de violência

contra a mulher para os casais devido na maior parte dos casos essa violência ocorrer no âmbito familiar pelo próprio companheiro, mas não somente limitado a esse, podendo ocorrer por outras pessoas do arranjo familiar. Assim, foi trabalhado de forma clara e lúdica, de maneira a chamar a atenção para que os casais interagissem e entendessem a mensagem, já que se trata de um tema que é recorrente na sociedade, com o intuito de quebrar tabus e paradigmas entre esses. A intervenção foi materializada sob a forma de uma roda de conversa onde a equipe primeiramente abordou os conceitos referentes à violência sofrida e vivenciada pelas mulheres, os direitos e deveres, as redes de apoio entre outras coisas e posteriormente foi efetuada uma dinâmica sobre o assunto buscando complementar o que foi passado. **IMPACTOS:** A ação proposta ao grupo de casais do ECC propiciou uma correlação direta no sentido da disseminação do conhecimento acerca da violência contra a mulher. Possibilitar a construção da informação para os agentes receptores da ação, por meio da educação popular, mostrou o quanto se faz necessário levar o conhecimento para perto das pessoas. O momento foi de grande importância para os cidadãos ali presentes, havendo o debate desses junto à equipe proponente da ação. Assim, a roda de conversa na qual foi desenvolvida levou esclarecimentos acerca da problemática em apreço e contribuiu no sentido de objetivar o conhecimento para aquelas pessoas presente na ação, visto que na atualidade as informações são escassas e não conseguem atingir a todas as pessoas, dadas as condições socioeconômicas, culturais e estruturais na qual estão sujeitos os núcleos familiares na cotidianidade. Por fim, esta ação possibilitou o exercício da troca de conhecimento entre os participantes da mesma. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A violência contra as mulheres na sociedade vem crescendo diariamente. Violência essa

que na maior parte é causada pelo próprio companheiro da vítima. É necessário que se fortaleça os debates em torno dessa temática tanto para as mulheres, quanto para os homens e que de fato a Lei Maria da Penha se efetive rigorosamente no sentido de garantir os direitos das mulheres vítimas de algum tipo de violência.

A IMPORTÂNCIA DO AUTOCUIDADO NA QUALIDADE DE VIDA DA MULHER CONTEMPORÂNEA

Jaciely Garcia Caldas, Fernanda da Silva Lima, Mayra Gama Leão, Fabio Pereira Soares, Nádia Maria Machado da Costa, Tiago de Nazaré das Chagas e Chagas, Thiago do Reis de Oliveira Costa, Daiane de Souza Fernandes

Palavras-chave: Autocuidado, Qualidade de vida, Mulher Contemporânea

Apresentação: Com o surgimento das religiões monoteístas, a mulher ganhou um perfil diferente na visão do novo mundo, o sobrepulamento do eu, assim deixando suas expectativas e emoções de lado para se dedicar aos cuidados da família e da casa. Com o surgimento da revolução industrial no século XVIII a mulher vê uma forma de se expressar mais e ser ouvida. Desta forma visamos uma abordagem diferenciada de como a mulher pode conciliar suas atividades diárias e promover o seu autocuidado, sempre enfatizando a autoimagem como um referencial de como sua vida se encontra. **Objetivo:** Sensibilizar sobre a importância do autocuidado de mulheres através de ações sobre educação em saúde. **Descrição da Experiência:** Trata-se de um relato de experiência de discentes do curso Enfermagem da Universidade Federal do Pará, realizado com um grupo de mulheres que aguardavam atendimento em uma Unidade Básica de Saúde de Belém,